



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA \_\_ª VARA DE FAMÍLIA,  
ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXX - DF

**FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da Carteira de Identidade n.º XXXXXX SSP/DF, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXX/DF, telefone XXXXXXXXX ou XXXXXXXX, **vem respeitosamente perante Vossa Excelência**, por intermédio da Defensoria Pública do XXXXXX (parágrafo único, do artigo 16 da Lei nº 1060/50 e inciso III, do artigo 4º da Lei Complementar nº 80/94), propor a presente ação de:

### **MODIFICAÇÃO DO REGIME DE VISITAS**

em face de **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, demais dados desconhecidos, residente na XXXXXXXXXXXX/DF, telefone XXXXXXXXX, em benefício de **FULANO DE TAL**, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir aduzidos.

### **DOS FATOS**



Inicialmente cumpre destacar que por meio do processo nº XXXX-XX/XX, que tramitou perante a Xª Vara de Família de XXXXXXXXX, foi determinado a separação judicial do casal, bem como, estabelecido que a guarda da menor FULANO DE TAL ficaria com a Requerida, podendo o Requerente visitá-la na forma convencionada entre o casal.

Ocorre, porém, que atualmente o Requerente se encontra trabalhando como motorista junto a empresa XXXXXXXX, na qual cumpre uma jornada de trabalho de XXXXX, das XX:XX às XX:XX hrs, conforme demonstrado no documento anexo.

Desta forma, e considerando o regime de trabalho do Requerente, o mesmo encontra tendo dificuldades para ter a menor em sua companhia durante os finais de semana, eis que sempre estará trabalhando no sábado ou no domingo de forma alternada.

Ademais, é de se ponderar que a Requerida vem colocando obstáculos para que o Requerente possa exercer as visitas a sua filha menor na forma fixada no processo supramencionado.

Diante do exposto, e considerando a necessidade do Requerente em ter mais tempo de convivência com sua filha FULANO DE TAL, até mesmo para propiciar uma formação saudável entre pai e filha, **o mesmo requer a alteração no regime de visitas da seguinte forma:**

**1 - em finais de semana alternados, o Requerente poderá pegar a menor FULANO DE TAL às sextas-feiras às 20:00 hrs na residência da Requerida, e devolvendo-a às 19:00 hrs no domingo.**



Quanto ao restante do regime de visitas, o Requerente deseja que o mesmo continue fixado na forma estabelecida no processo nº XXX-XX/XX, ou seja:

- 1 - nos anos ímpares o(s) menor(es) passará(ão) o ano novo com a mãe e o natal com o pai;
- 2 - nos anos pares o(s) menor(es) passará(ão) o natal com a mãe e o ano novo com o pai;
- 3 - no dia das mães o(s) menor(es) permanecerá (ão) com a genitora;
- 4 - no dia dos pais o(s) menor(es) permanecerá (ão) com o genitor; e
- 5 - nos primeiros XX%(XXXXXXXX) do período das férias escolares, o(s) menor(es) permanecerá (ão) com a genitora e o restante com o genitor;
- 6 - os aniversários dos menores, em anos ímpares ficarão na companhia do pai e em anos pares na companhia da mãe;

## **DO DIREITO**

O direito buscado pelo Requerente encontra amparo em diversos diplomas legais, tais como, o artigo 227 da Constituição Federal, Declaração Universal dos direitos das Crianças e Estatuto da Criança e do Adolescente, onde os interesses do menor devem sempre sobrepujar qualquer outra interpretação ou interesse de terceiros.

Ademais, é direito básico do pai poder acompanhar o desenvolvimento do filho e participara ativamente de sua formação.

Observando-se esses princípios, e, tendo por premissa que eles em grande parte derivam da, da qual o Brasil é signatário, norma de caráter supralegal, imperativo se torna a observância dos direitos da criança.



## **DOS PEDIDOS**

Por todo o acima exposto requer:

a) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;;

b) A citação da Requerida, para comparecer a audiência de conciliação/mediação, considerando o interesse do Requerente na sua realização (art. 319, VII, do CPC), e restando frustrada essa, que apresente resposta no prazo de 15 dias, sob pena de revelia;

c) a intervenção do Ministério Público;

**d) ao final a demanda seja julgada procedente para estabelecer o calendário de visitas paternas, nos moldes pleiteados na presente petição;**

e) a condenação da Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PROJUR, que deverão ser depositados no Banco de Brasília S.A. – BRB, Código do banco 070, Agência 100, conta 013251-7, PROJUR.

Protesta provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, especialmente pelo depoimento pessoal do Requerente e da Requerida, oitiva de testemunhas e outras que se fizerem necessárias.

Valor da causa: R\$ XXX,XX

XXXXXXXX-DF,      XX



Nesses termos, pede deferimento.

FULANO DE TAL

FULANO DE TAL

**Defensor Público**

**ROL DE TESTEMUNHAS**

- 1 - FULANO DE TAL, nacionalidade, residente na XXXXXXXXXXXXX/DF;
- 2 - FULANO DE TAL, nacionalidade, residente na XXXXXXXXXXXXX/DF.
- 3 - FULANO DE TAL, nacionalidade, residente na XXXXXXXXXXXXX/DF.